1. RECURSO ELEITORAL N° 0600899-34.2020.6.11.0033

Pedido de Vista em 08.02.2022 – Dr. Gilberto Lopes Bussiki

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Peixoto de Azevedo - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO ESPECIAL ELEITORAL - ABUSO DE PODER ECONÔMICO - CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL - CARGO - PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

ADVOGADO: ANTONIO PEDRO MACHADO - OAB/DF52908

ADVOGADO: THIAGO FERNANDES BOVERIO - OAB/SP321784

ADVOGADO: JOSE ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB/MT2492/O

ADVOGADA: SHELLY GIULEATTE PANCIERI - OAB/DF59181

ADVOGADO: WILSON GAMBONI PINHEIRO TAQUES - OAB/MT10400/O

ADVOGADO: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR - OAB/DF19277

ADVOGADO: MICHAEL CESAR BARBOSA COSTA - OAB/MT27088

ADVOGADO: IRAJA REZENDE DE LACERDA - OAB/MT11987

ADVOGADO: LEANDRO FACCHIN ROCHA - OAB/MT22166

RECORRENTE: GILMAR SANTOS DE SOUZA

ADVOGADO: MICHAEL CESAR BARBOSA COSTA - OAB/MT27088

ADVOGADO: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR - OAB/DF19277

ADVOGADO: THIAGO FERNANDES BOVERIO - OAB/SP321784

ADVOGADO: ANTONIO PEDRO MACHADO - OAB/DF52908

ADVOGADA: SHELLY GIULEATTE PANCIERI - OAB/DF59181

ADVOGADO: LEANDRO FACCHIN ROCHA - OAB/MT22166

ADVOGADO: IRAJA REZENDE DE LACERDA - OAB/MT11987

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo parcial provimento do recurso tão somente para afastar a pena de multa aplicada, mantendo, contudo, a cassação dos diplomas e mandatos, determinando-se a realização de novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito, com fulcro no art. 257, do Código Eleitoral

RELATORA: Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

VOTO: "(...) conheço do recurso e dando-lhe provimento parcial, apenas para afastar a imposição da multa pecuniária, no mais mantem-se a r. sentença *a quo*, por consequência, conservando-se assim a cassação dos mandatos de Maurício Ferreira de Souza e Gilmar Santos de Souza. (...)”

1º Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki – **pediu vista**

2º Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves - aguarda

3º Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro – acompanhou a Relatora

4º Vogal - Doutor Pérsio Oliveira Landim - aguarda

5º Vogal - Doutor Abel Sguarezi - aguarda

6º Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha - aguarda

RELATÓRIO

Cuida-se **recurso eleitoral** interposto por MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA e GILMAR SANTOS DE SOUZA contra a r. **sentença** do i. Juízo Eleitoral da 33.ª Zona Eleitoral (Peixoto de Azevedo/MT), que julgou procedente

Representação Eleitoral ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL para reconhecer a **prática de abuso do poder econômico**, com fulcro no **artigo 30-A da Lei n.º 9.504/97 e artigo 22, da LC n.º 64/90**, e cassar os mandatos dos oras recorrentes, desconstituindo, via de consequência, os seus diplomas, condenando-os ao pagamento de multa no valor de R\$ 14.580,00 (quatorze mil quinhentos e oitenta reais) (r. sentença ID n.º 18097247).

Em síntese, ressei da exordial ministerial que a Polícia Militar, na véspera da eleição (14/11/2020), realizou a apreensão de 02 (duas) pessoas (Fernanda Lopes de Oliveira de Souza e Wesley de Souza) com quantidade considerável de dinheiro, materiais de campanha, relatório de atividades, recibos e documento nominado de "Colaboradores Majoritária" contendo a descrição de 43 (quarenta e três) nomes.

A peça inaugural relata também que após perícia nos celulares de Fernanda e Wesley, os dados indicaram claramente que ela, malgrado tenha negado qualquer ilicitude de sua conduta, *"foi precariamente empregada para servir à Coligação e, principalmente, ao requerido Gilmar Santos de Souza, coordenando a atuação dos cabos eleitorais e promovendo também a contratação das pessoas para trabalharem na campanha dos requeridos"*.

Das provas amealhadas na fase inquisitorial, o douto Promotor Eleitoral deduziu que:

1. Percebe-se que os nomes contidos na relação apreendida são, de fato, de pessoas contratadas para atuarem como cabos eleitorais ocultos dos candidatos aos cargos majoritários da coligação O TRABALHO CONTINUA, para auxiliarem na semana anterior ao pleito eleitoral;
2. As pessoas constantes da lista apreendida receberam individualmente recursos em espécie, não contabilizados – em razão da própria forma de pagamento –, na ordem de R\$ 300,00 reais, de modo que os gastos eleitorais, pela forma como foram realizados, também não seriam contabilizados;
3. FERNANDA foi contratada para atuar diretamente na campanha dos candidatos majoritários da coligação, dirigindo-se diretamente ao candidato a vice-prefeito GILMAR SANTOS DE SOUZA, ficando sob a responsabilidade dela o pagamento das contrações obscuras;
4. O dinheiro utilizado para o pagamento oculto das pessoas contratadas veio diretamente de GILMAR SANTOS DE SOUZA, razão esta pela qual os recibos apreendidos estavam em nome dele;
5. O dinheiro apreendido com FERNANDA, na abordagem da Polícia Militar, estava sendo utilizado para o pagamento citado anteriormente, de modo que, em razão da imagem encontrada no celular de WESLLEY, indica que estavam sob a posse de significativa quantia em dinheiro;
6. Com base nas conversas, denota-se que as pessoas contidas na relação 'Colaboradores Majoritária' foram contratadas para trabalhar em benefício das candidaturas majoritárias da coligação, não havendo, em nenhuma das conversas, menção a MIGUEL DO OURO".

Inconformados com a condenação, os recorrentes, em suas **razões recursais** (Id n.º 18097261), sustentam que não há nenhuma prova que demonstrem a participação direta deles, assim não podem ser responsabilizados por condutas alheias as suas vontades.

Argumentam que quem empregou *"Fernanda Lopes de Oliveira não foram os Recorrentes, mas, sim, o empresário Eder Politano (id. 86527654 aos 03:36 min) que a contratou com o fim de gerenciar cabos eleitorais para trabalharem em prol do candidato Miguel do Ouro"*.

Nesse desiderato, aduzem que o próprio Eder Politano assumiu que contratou Fernanda e que *"a contratação sigilosa se deu pelo fato de que aquele, sendo garimpeiro, tinha interesse em ajudar algum candidato que acreditasse ser um deficiente de sua classe"*.

Afirmam que para a condenação se exige prova robusta, não podendo se fundar em frágeis ilações ou em presunções quanto ao encadeamento dos fatos, especialmente em razão da gravidade das sanções impostas.

Expõem que além de inexistir prova da participação dos Recorrentes ou, pelo menos, anuência, o gasto de campanha não apreciado pela Justiça Eleitoral não tem características de má-fé, requisito indispensável para a caracterização do art. 30-A da Lei n.º 9.504/97.

Asseveram ser pacífico na doutrina e na jurisprudência do TSE que a cassação de diploma com fundamento no art. 30-A da Lei n.º 9.504/97 exige, além da demonstração da irregularidade qualificada (má-fé), a relevância jurídica da conduta no contexto geral da campanha, seja de forma qualitativa, seja de forma quantitativa.

Nesses termos, requerem seja o recurso julgado procedente por esse íncito Tribunal, para reformar

integralmente a sentença *a quo*, de modo a julgar improcedente a Representação Especial proposta pelo Ministério Público Eleitoral, ante a inexistência de atos ilícitos cometidos pelos Recorrentes, não havendo provas de autoria e, tampouco, de potencialidade da conduta, a qual lhes imputou o Juízo *a quo*.

Alternativamente, em caso de manutenção da procedência, requer-se a sanção se restrinja apenas na aplicação da multa, uma vez que a cassação dos mandatos se mostra completamente desproporcional e irrazoável.

Intimado, o douto Promotor Eleitoral apresentou **contrarrazões**, manifestando-se desprovimento do recurso interposto (ID n.º 18097265).

Por meio da decisão ID n.º 18097271 sentença foi mantida e determinada à remessa dos autos ao e. Tribunal Regional Eleitoral.

Na sequência, Nilmar Nunes de Miranda peticionou requerendo a intervenção no processo na qualidade de assistente simples (ID n.º 18098146), o que foi indeferido pela decisão Id n.º 18141920.

Nesta instância, o douto **Procurador Regional Eleitoral** opinou pelo parcial provimento do recurso tão somente para afastar a pena de multa aplicada, mantendo, contudo, a cassação dos diplomas e mandatos dos recorrentes, determinando-se a realização de novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Peixoto de Azevedo, com fulcro no art. 257, do Código Eleitoral (ID n.º 18116023).

É o relatório.

2. RECURSO ELEITORAL N° 0600817-45.2020.6.11.0019

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Tangará da Serra - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - DE PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO SOCIAL CRISTAO - PSC

ADVOGADO: JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI - OAB/MT15877-A

ADVOGADO: RODRIGO SIMAO DO NASCIMENTO - OAB/MT16919-A

ADVOGADO: MARCELO JOVENTINO COELHO - OAB/MT5950-A

RECORRENTE: JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI

ADVOGADO: JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI - OAB/MT15877-A

ADVOGADO: MARCELO JOVENTINO COELHO - OAB/MT5950-A

RECORRENTE: FERNANDO HENRIQUE PASQUINI MOTTA

ADVOGADO: JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI - OAB/MT15877-A

ADVOGADO: MARCELO JOVENTINO COELHO - OAB/MT5950-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo desprovemento do recurso

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso** interposto pela COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL do **Partido** Social Cristão – PSC do município de Tangará da Serra, contra decisão que desaprovou suas **contas** referentes à arrecadação e movimentação de recursos financeiros nas **eleições de 2020**.

A **sentença** de reprovação se fundamenta na omissão de gastos relativa à falta de contabilização de serviços advocatícios e contábeis, para a elaboração e acompanhamento das contas apresentadas pela Recorrente [ID 18145001].

No apelo, segundo afirma, não houve movimentação de recursos financeiros durante o referido pleito eleitoral, conforme suas próprias palavras “não percebeu cotas do fundo partidário, não possui patrimônio, não contraiu despesas nem obteve receitas e tampouco teve lucro ou prejuízo no exercício”, razão pela qual requer o provimento para a aprovação das contas, com ou sem ressalvas [ID 18145005].

Em **contrarrazões**, o Ministério Público Eleitoral pugna pelo não provimento do recurso [ID 18145009].

No mesmo sentido é o parecer da **Procuradoria Regional Eleitoral**, sob o argumento de que a Recorrente claramente confunde contas de campanha com prestação de contas anual [ID 18152021].

É o relatório.

3. RECURSO ELEITORAL N° 0600135-95.2021.6.11.0006

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Cáceres - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - DE PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: DIRETORIO MUNICIPAL DO PT- CACERES-MT

ADVOGADO: ARLAN LINO DE DEUS - OAB/MT23868-O

RECORRENTE: ANGELINA DE OLIVEIRA COSTA

ADVOGADO: ARLAN LINO DE DEUS - OAB/MT23868-O

RECORRENTE: RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA

ADVOGADO: ARLAN LINO DE DEUS - OAB/MT23868-O

PARECER: pelo parcial provimento do recurso, para afastar uma irregularidade apontada no parecer conclusivo (não apresentação de extratos da conta destinada a outros recursos) e, considerando as demais impropriedades, aprovar com ressalvas as contas do recorrente, excluindo a penalidade aplicada.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso** interposto pelo DIRETÓRIO MUNICIPAL do **Partido** dos Trabalhadores – PT do município de Cáceres, contra decisão que desaprovou suas **contas** referentes à arrecadação e movimentação de recursos financeiros nas **eleições de 2020**.

A **sentença** de reprovação se fundamenta na ausência de extratos bancários relativos à fonte “Outros Recursos” e no atraso para a apresentação das contas parciais e final, bem como na abertura tardia de conta bancária destinada à movimentação financeira.

A decisão também declarou, em desfavor do Recorrente, a perda do repasse, pelo período de 03 [três] meses, de recursos provenientes do fundo partidário [ID 18126816].

Nas razões, o **Recorrente** se limita a afirmar que os extratos constam na prestação de contas anual do Partido; que a não apresentação dos documentos pode ser flexibilizada pelo fácil acesso ao modelo eletrônico e os anexa no próprio bojo do recurso.

Ao final, requer a aprovação das contas [ID 18126822].

Não há contrarrazões do Ministério Público Eleitoral.

No parecer, a **Procuradoria Regional Eleitoral** se manifesta pelo parcial provimento do recurso, para a aprovação das contas com ressalvas, afastando-se a irregularidade que consiste na não apresentação dos extratos [“Outros Recursos”], com a desconstituição da penalidade imposta [ID 18139853].

É o relatório.

4. RECURSO ELEITORAL N° 0600364-57.2020.6.11.0049

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Várzea Grande - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR-
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: VANIA REGINA DE ALMEIDA

ADVOGADA: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT23424-A

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT8548-A

PARECER: pelo provimento do recurso para aprovar com ressalvas as contas da recorrente e excluir a determinação de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso em prestação de contas** interposto por VANIA REGINA DE ALMEIDA, candidata ao cargo de vereador nas **eleições de 2020** pelo PDT, no município de Várzea Grande/MT.

A **sentença** desaprovou as contas com fundamento na ausência de comprovação fiscal de gastos com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha–FEFC, no valor de R\$ 1.000,00 [art. 35, §12 c/c o art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019], bem como determinou o recolhimento aos cofres públicos [ID 18182169].

Em suas **razões**, a **Recorrente** afirma que a referida importância foi utilizada para pagar despesas assumidas com a prestadora de serviços Rubia Mara do Prado, anexa o respectivo contrato de trabalho [ID 18182185] e requer, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a aprovação das contas [ID 18182184].

Nas **contrarrazões**, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo não provimento do recurso [ID 18182190].

A **Procuradoria Regional Eleitoral**, por sua vez, manifesta-se pelo provimento do recurso, para a aprovação das contas com ressalvas, excluída a determinação de recolhimento de valores aos cofres do Tesouro Nacional [ID 18182522].

É o relatório.

5. RECURSO ELEITORAL N° 0600205-23.2020.6.11.0047

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Poxoréu - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR-
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: SILVANIR OLIVEIRA LIMA

ADVOGADO: MARCOS PAULO SANTOS DA SILVA - OAB/MT9565-A

PARECER: pelo parcial provimento do recurso tão somente para aprovar com ressalvas as contas da recorrente, mantida a sentença em todos os seus demais termos, inclusive quanto à determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso em prestação de contas** interposto por SILVANIR OLIVEIRA LIMA, candidata ao cargo de vereador nas **eleições de 2020** pelo Partido PSC, no município de Poxoréu/MT.

A **sentença** desaprovou as contas com fundamento na abertura tardia da conta bancária de campanha e ausência de regular comprovação de gastos com combustíveis, no valor de R\$ 350,47, com recursos provenientes do FEFC, bem como determinou a devolução da importância aos cofres do Tesouro Nacional [ID 18173660].

Em suas **razões, a Recorrente** afirma que os combustíveis utilizados na campanha foram doados pela candidatura majoritária e registrados como despesas estimáveis em dinheiro, sem qualquer óbice para o integral exame das contas. Aduz, também, que a abertura da conta bancária com atraso constitui mera impropriedade e requer, ao final, a aprovação com ressalvas, com a desconstituição da obrigatoriedade de devolução de valores ao erário [ID 18173666].

Nas **contrarrazões**, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo não provimento do recurso [ID 18173668].

A **Procuradoria Regional Eleitoral**, por sua vez, manifesta-se pelo parcial provimento do recurso, para a aprovação das contas com ressalvas e manutenção da devolução ao erário [ID 18181936].

É o relatório.

6. RECURSO ELEITORAL N° 0600441-48.2020.6.11.0055

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR-
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: AMARILDO BATISTA

ADVOGADO: CARLOS LOURENCO MITSUOSHI DALTRO HAYASHIDA - OAB/MT20108-A

PARECER: preliminarmente, pela nulidade dos atos a partir da intimação de id. 18181908. Outrossim, pelo retorno dos autos à primeira instância para nova intimação do candidato para se manifestar sobre o relatório preliminar, a qual poderá se dar por publicação em nome do advogado constituído.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Preliminar: nulidade da intimação (PRE)

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pécio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

Mérito

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pécio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso em prestação de contas** interposto por AMARILDO BATISTA, candidato ao cargo de vereador nas **eleições de 2020**, nesta Capital, pelo – PRTB.

A **decisão** de 1º Grau julgou as contas NÃO PRESTADAS, ante a ausência de regular constituição de advogado para legitimar a documentação contábil apresentada [ID 18181916].

No **apelo, o Recorrente** afirma que possui patrono regularmente constituído nos autos e que em nenhum momento foi intimado para atender à providência, razão pela qual requer o provimento para a aprovação das contas, com ressalvas [ID 18181922].

Em **contrarrazões**, o Ministério Público Eleitoral pugna pelo desprovimento do recurso [ID 18181926].

A **Procuradoria Regional Eleitoral**, por sua vez, manifesta-se pelo provimento do recurso, para a nulidade do processo a partir da intimação sobre o parecer técnico preliminar [ID 18181908], com a baixa dos autos à origem [ID 18182467].

É o relatório.

7. RECURSO ELEITORAL N° 0600780-07.2020.6.11.0055

Julgamento adiado para a sessão seguinte (17/02/2022)

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR-
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: RODRIGO MENDES FERREIRA

ADVOGADO: GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI - OAB/MT10042-A

ADVOGADO: ALEXANDRE CESAR LUCAS - OAB/MT5126-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo não provimento do recurso.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso em prestação de contas** interposto por RODRIGO MENDES FERREIRA, candidato ao cargo de vereador nas **eleições de 2020**, nesta Capital, pelo CIDADANIA.

A **sentença** desaprovou as contas com fundamento nas irregularidades apontadas no parecer técnico da Unidade Examinadora local, bem como determinou a devolução do valor de R\$ 2.800,00 aos cofres do Tesouro Nacional [ID 18087333].

Em suas **razões, o Recorrente** afirma que teve seu direito de defesa cerceado; que não movimentou recursos de origem não identificada, a ensejar a devolução aos cofres públicos; sobre os materiais gráficos de propaganda, sustenta que estes constituem doações estimáveis em dinheiro provenientes de doação do Partido pelo qual se candidatou; aduz, ainda, que não existem sobras financeiras de campanha e que não prevalece a inconsistência quanto à despesa relativa à prestação de um serviço supostamente não declarado.

Requer, por fim, a anulação da sentença ou a aprovação das contas, com o afastamento da obrigação de ressarcimento ao erário [ID 18087338].

Nas **contrarrazões**, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo provimento do recurso, para a desconstituição do decreto de reprovação e de devolução de valores [ID 18087343].

Instada a se manifestar, a **Procuradoria Regional Eleitoral** pugna pelo não provimento do recurso, para a manutenção da sentença em sua íntegra [ID 18095663].

É o relatório.

8. RECURSO ELEITORAL N 0600233-49.2020.6.11.0060

PROCEDENCIA: Campo Novo do Parecis - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO – PREFEITO – VICE-PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: SEBASTIAO CARLOS PIM

ADVOGADO: ELENCRIS GARCIA - OAB/MT26460-A

ADVOGADO: HELIO DOS SANTOS SILVA - OAB/MT14878-A

RECORRENTE: GILBERTO VIEIRA DE MELO

ADVOGADO: ELENCRIS GARCIA - OAB/MT26460-A

ADVOGADO: HELIO DOS SANTOS SILVA - OAB/MT14878-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo NÃO PROVIMENTO do recurso, mantendo-se a incólume sentença de primeiro grau

RELATOR: Dr. Gilberto Lopes Bussiki

Preliminar: preclusão para a juntada de novos documentos e esclarecimentos

1° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

2° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

3° Vogal - Doutor Pécio Oliveira Landim

4° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

5° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

Mérito:

1° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

2° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

3° Vogal - Doutor Pécio Oliveira Landim

4° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

5° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** (ID 18162774) interposto **por** SEBASTIÃO CARLOS PIM e GILBERTO VIEIRA MELO, candidatos aos cargos de prefeito e vice, respectivamente, no município de Campo Novo do Parecis/MT, em desfavor da sentença ID 18162768, que julgou **desaprovada** a prestação de contas de campanha dos candidatos, referente às **Eleições 2020**, e determinou o recolhimento do valor de R\$ 16.268,75 (dezesseis mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) ao Tesouro Nacional.

Em **razões** recursais, os recorrentes argumentam que a Resolução TSE nº 23.607/2019 foi cumprida, razão pela qual as contas devem ser julgadas aprovadas. Apresentam os documentos IDs 18162776 e seguintes.

Conforme certidão ID 18162800 o recurso é tempestivo.

Por meio da decisão ID 18162801 a sentença foi mantida por seus próprios fundamentos.

Em **contrarrazões** (ID 18162806) o Ministério Público Eleitoral suscita preliminar de preclusão para juntada de documentos em fase recursal e, no mérito, pugna pelo não provimento do recurso.

Em parecer a douta **Procuradoria Regional Eleitoral** reitera a preliminar de intempestividade para juntada de novos documentos e, no mérito, se manifesta pelo não provimento do recurso (ID 18167950).

É o relatório.

9. RECURSO ELEITORAL N 0600646-06.2020.6.11.0014

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Jaciara – MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO ESPECIAL - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - CONDOTA VEDADA – ELEIÇÕES 2020

RECORRENTE: COLIGAÇÃO PARA O BEM DE JACIARA (PROS PSB PDT DEM P)

ADVOGADO: LUANA DOS ANJOS VIEIRA – OAB/MT25294-A

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ALVES SANTOS – OAB/MT28219-A

RECORRIDO: ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS – OAB/MT6699-A

ADVOGADO: GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS – OAB/MT16472

ADVOGADO: JORGE ANTONIO KRIZIZANOWSKI – OAB/MT15618-A

RECORRIDO: JAIR SILVA PESSOA

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS – OAB/MT6699-A

ADVOGADO: MARCOS DAVI ANDRADE – OAB/MT11656

ADVOGADO: GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS – OAB/MT16472

RECORRIDO: CLAUDINEI PEREIRA

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS – OAB/MT6699-A

ADVOGADO: MARCOS DAVI ANDRADE – OAB/MT11656

ADVOGADO: GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS – OAB/MT16472

RECORRIDO: CHARLES FERNANDO JORGE DE SOUZA

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS – OAB/MT6699-A

ADVOGADO: MARCOS DAVI ANDRADE – OAB/MT11656

ADVOGADO: GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS – OAB/MT16472

RECORRIDA: LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

ADVOGADO: HELIO UDSON OLIVEIRA RAMOS – OAB/MT6699-A

ADVOGADO: GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS – OAB/MT16472

PARECER: pela manutenção da sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito em relação à representada, ora recorrida, Luciana Cristina dos Santos, ante a ausência de legitimidade para figurar no polo passivo no que concerne a imputação de captação ilícita de sufrágio. No mérito, pelo CONHECIMENTO e NÃO PROVIMENTO do recurso, mantendo-se incólume a r. sentença que julgou improcedente a representação por captação ilícita de sufrágio c/c conduta vedada.

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Preliminar: legitimidade passiva de terceiro não candidato (PRE)

1º Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2º Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3º Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4º Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5º Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

6º Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

Mérito:

1º Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2º Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3º Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4º Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5º Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

10. PETIÇÃO CÍVEL N 0600223-54.2021.6.11.0000

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI

PROCEDENCIA: Várzea Grande - MATO GROSSO

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AGRAVO INTERNO – AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - ABUSO - DE PODER ECONÔMICO - ABUSO - DE PODER POLÍTICO/AUTORIDADE - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

EMBARGANTE: KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

ADVOGADO: JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR - OAB/MT11785-A

ADVOGADO: RONIMARCIO NAVES - OAB/MT6228-A

ADVOGADO: ANA LUCIA BASTOS DOS SANTOS BRITO - OAB/MT0027628

ADVOGADO: LUCIANA FABRICIA ROSA BARROS - OAB/MT0021037

EMBARGADA: COLIGAÇÃO VÁRZEA GRANDE PODE MAIS

ADVOGADO: MAURICIO MAGALHAES FARIA NETO - OAB/MT15436-A

ADVOGADO: WELITON WAGNER GARCIA - OAB/MT12458

ADVOGADO: MAURICIO MAGALHAES FARIA JUNIOR - OAB/MT9839-A

ADVOGADO: GILMAR MOURA DE SOUZA - OAB/MT5681

ADVOGADO: VALDIS CASTILHO SOARES JUNIOR - OAB/MT16140-A

ADVOGADO: MAURICIO JOSE CAMARGO CASTILHO SOARES - OAB/MT11464

ADVOGADO: GRAZIELY RODRIGUES DOS SANTOS - OAB/MT22546/O

ADVOGADO: ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA - OAB/MT0027451

PARECER: sem manifestação quanto aos embargos

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1º Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2º Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3º Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4º Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5º Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

6º Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL N 0600094-49.2021.6.11.0000

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - DE PARTIDO POLÍTICO – DIRETÓRIO REIONAL - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

REQUERENTE: PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

ADVOGADO: ALEX DUARTE SANTANA BARROS - OAB/DF-31583

ADVOGADO: ADELMO FELIX CAETANO - OAB/DF-59089

ADVOGADO: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO-33670

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF-61528

REQUERENTE: JOAO BATISTA PEREIRA DE SOUZA

ADVOGADO: CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ DE ALMEIDA - OAB/MT7355/A

ADVOGADO: ALEX DUARTE SANTANA BARROS - OAB/DF-31583

ADVOGADO: ADELMO FELIX CAETANO - OAB/DF-59089

ADVOGADO: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO-33670

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF-61528

REQUERENTE: MARCELO GONCALVES PADILHA

ADVOGADO: ALEX DUARTE SANTANA BARROS - OAB/DF-31583

ADVOGADO: ADELMO FELIX CAETANO - OAB/DF-59089

ADVOGADO: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO-33670

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF-61528

REQUERENTE: LAODICEIA DOURADO ROCHA DE MATOS

ADVOGADO: ALEX DUARTE SANTANA BARROS - OAB/DF-31583

ADVOGADO: ADELMO FELIX CAETANO - OAB/DF-59089

ADVOGADO: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO-33670

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF-61528

REQUERENTE: KLINSMANN SOUSA DIAS

ADVOGADO: ALEX DUARTE SANTANA BARROS - OAB/DF-31583

ADVOGADO: ADELMO FELIX CAETANO - OAB/DF-59089

ADVOGADO: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO-33670

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF-61528

PARECER: pela desconsideração e conseqüente desentranhamento de quaisquer e eventuais documentos extemporâneos juntados aos autos, nos moldes do aqui explicitado. No mérito, pela DESAPROVAÇÃO do balanço contábil auditado,

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Preliminar: preclusão para a juntada de novos documentos

1° Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

Mérito:

1° Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

12. RECURSO ELEITORAL N 0601268-03.2020.6.11.0009

PROCEDENCIA: General Carneiro - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - DE PARTIDO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

ADVOGADO: UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR - OAB/MT20394-A

RECORRENTE: EURICO ELMO PINHEIRO

ADVOGADO: UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR - OAB/MT20394-A

RECORRENTE: VALDELI FORTE FERREIRA

ADVOGADO: UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR - OAB/MT20394-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATORA: Dra. Clara da Mota Santos Pimenta Alves

1° Vogal – Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

2° Vogal – Doutor Pêrsio Oliveira Landim

3° Vogal – Doutor Abel Sguarezi

4° Vogal – Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal – Doutor Gilberto Lopes Bussiki

13. RECURSO ELEITORAL N 0600704-79.2020.6.11.0023

PROCEDENCIA: Colíder - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO – PREFEITO – VICE-PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: JAIME MARQUES GONCALVES

ADVOGADO: JOIZE PONCIANO GONCALVES PINHEIRO - OAB/MT21480/O

ADVOGADO: ALEXANDRE ALVIM DA FONSECA - OAB/MT7010/O

RECORRENTE: ALEXANDRE DE FREITAS CONSONE

ADVOGADO: JOIZE PONCIANO GONCALVES PINHEIRO - OAB/MT21480/O

ADVOGADO: ALEXANDRE ALVIM DA FONSECA - OAB/MT7010/O

PARECER: pelo PROVIMENTO do recurso, opinando pela devolução do prazo para, eventualmente, questionar a sentença

RELATOR: **Dr. Pêrsio Oliveira Landim**

1° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

2° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

3° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

4° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

5° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

14. RECURSO ELEITORAL N 0600362-31.2020.6.11.0003

PROCEDENCIA: Jangada - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR-
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: PATRICIA DA SILVA PONCE

ADVOGADO: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT23424-A

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT8548-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo NÃO PROVIMENTO do recurso.

RELATOR: Dr. Pésio Oliveira Landim

1° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

2° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

3° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

4° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

5° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

15. RECURSO ELEITORAL N 0600396-06.2020.6.11.0003

PROCEDENCIA: Jangada - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO – PREFEITO – VICE-PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

ADVOGADO: DIOGO DE CARVALHO NASCIMENTO - OAB/MT26993-A

RECORRENTE: GILMAR NASCIMENTO PASCOAL

ADVOGADO: DIOGO DE CARVALHO NASCIMENTO - OAB/MT26993-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo NÃO PROVIMENTO do recurso

RELATORA: Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

1° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

2° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

3° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

4° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

5° Vogal - Doutor Abel Sguarezi

16. RECURSO ELEITORAL N 0600384-05.2020.6.11.0031

PROCEDENCIA: Canarana - MATO GROSSO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO – PREFEITO – VICE-PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: CLAUDIA MARCIA GERVAZONI COSTA

ADVOGADO: AIRTON JUNIOR DA ROZA - OAB/MT26828-A

RECORRENTE: CLAUDIR SONEMANN FEIJO

ADVOGADO: AIRTON JUNIOR DA ROZA - OAB/MT26828-A

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo DESPROVIMENTO do recurso, mantendo-se a desaprovação das contas do recorrente, bem como, a aplicação da multa no patamar proporcional ao excesso.

RELATORA: Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

1° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

2° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

3° Vogal - Doutor Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

4° Vogal - Doutor Pêrsio Oliveira Landim

5° Vogal - Doutor Abel Sguarezi